



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



Receita Federal

Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil - 6ª Região Fiscal
Delegacia da Receita Federal do Brasil em Governador Valadares
Seção de Gestão Corporativa

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 02/2021
Processo Administrativo nº 13031.885956/2021-93

Torna-se público que a Delegacia da Receita Federal do Brasil em Governador Valadares, inscrita no CNPJ 00.394.460.0099-55, sediada na Av. Brasil nº 2866, Bairro Centro, na cidade de Governador Valadares/MG – CEP: 35.020-070, por meio da Seção de Gestão Corporativa - SACOR, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento menor preço, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021 e demais legislações aplicáveis.

Data da sessão: 02/12/2021

Link: <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp>

Horário da Fase de Lances: 8:00 às 14:00.

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição, por dispensa de licitação, de pessoa jurídica especializada no fornecimento de materiais de manutenção predial, a fim de atender as demandas de manutenção corretiva e preventiva existentes na Delegacia da Receita Federal do Brasil e Agências Jurisdicionadas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.2. Havendo divergências entre a descrição do objeto constante no Termo e o descrito no site <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, no "SIASG" ou na autorização de fornecimento, prevalecerá, sempre a descrição do Termo de Referência e/ou seus anexos.

1.3. A contratação será dividida em itens, conforme tabela constante abaixo.

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	PREÇO ESTIMADO	LOCAL DE ENTREGA	PRAZO DE ENTREGA
1	PARAFUSO PHILIPS 6	448297	UNIDADE	200	R\$ 32,00	DRF/GOVERNADOR VALADARES	10 DIAS
2	PARAFUSO PHILIPS 10	454333	UNIDADE	200	R\$ 60,00		10 DIAS
3	PARAFUSO PHILIPS 4MM, COMP 16MM	443265	UNIDADE	40	R\$ 7,20		10 DIAS
4	BUCHA PARAFUSO 6	333884	UNIDADE	200	R\$ 22,00		10 DIAS
5	BUCHA PARAFUSO 10	364944	UNIDADE	200	R\$ 32,00		10 DIAS
6	SIFÃO PVC 40MM	343627	UNIDADE	6	R\$ 41,94		10 DIAS
7	REPARO DESCARGA 1.1/4 DOCOL	382242	UNIDADE	4	R\$ 195,96		10 DIAS
8	REPARO DESCARGA 1.1/2 HIDRA	261831	UNIDADE	2	R\$ 89,80		10 DIAS
9	ESPUMA EXPANSIVA	389890	FRASCO 430ML	2	R\$ 53,80		10 DIAS
10	ROLO ANTIGOTA	404276	UNIDADE	1	R\$ 22,99		10 DIAS
12	PINCEL/TRINCHA 1"	466338	UNIDADE	1	R\$ 3,90		10 DIAS
13	PINCEL/TRINCHA 2"	467559	UNIDADE	1	R\$ 5,90		10 DIAS
14	REGISTRO PRESSÃO PVC 20MM	468603	UNIDADE	2	R\$ 13,00		10 DIAS
15	REGISTRO PRESSÃO PVC 25MM	420012	UNIDADE	2	R\$ 21,80		10 DIAS
16	REGISTRO PRESSÃO PVC 40MM	257680	UNIDADE	2	R\$ 59,98		10 DIAS



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



Receita Federal

Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil - 6ª Região Fiscal
Delegacia da Receita Federal do Brasil em Governador Valadares
Seção de Gestão Corporativa

17	REGISTRO GAVETA COM ACABAMENTO 40MM - 1.1/4	295694	UNIDADE	1	R\$ 97,90	10 DIAS
18	REGISTRO GAVETA COM ACABAMENTO 50MM - 1.1/2	392200	UNIDADE	1	R\$ 114,90	10 DIAS
19	TORNEIRA PARA JARDIM 1/2"	443645	UNIDADE	2	R\$ 67,80	10 DIAS
20	REFLETOR LED BIVOLT 100W	458576	UNIDADE	1	R\$ 125,54	10 DIAS
21	LAMPADA LED 9W, E-27, BIVOLT	473243	UNIDADE	6	R\$ 41,40	10 DIAS
22	LAMPADA LED 50W, E-40, BIVOLT PARA POSTE	445743	UNIDADE	10	R\$ 649,90	10 DIAS
23	TINTA ACRÍLICA COM ÁGUA BRANCO GELO	456384	GALÃO 18LT	1	R\$ 259,90	10 DIAS
24	JOELHO PVC 40MM - SOLDÁVEL	265195	UNIDADE	4	R\$ 18,80	10 DIAS
25	LUVA DE CORRER PVC 20MM - SOLDÁVEL ÁGUA	295919	UNIDADE	3	R\$ 21,90	10 DIAS
26	LUVA DE CORRER PVC 25MM - SOLDÁVEL ÁGUA	302113	UNIDADE	2	R\$ 19,00	10 DIAS
27	LUVA DE CORRER PVC 40MM - SOLDÁVEL ÁGUA	306205	UNIDADE	3	R\$ 71,70	10 DIAS
28	CONEXÃO TÊ PVC 40MM - SOLDÁVEL ÁGUA	466216	UNIDADE	4	R\$ 28,00	10 DIAS
29	LUVA UNIÃO PVC 20MM - SOLDÁVEL ÁGUA	462556	UNIDADE	2	R\$ 1,00	10 DIAS
30	LUVA UNIÃO PVC 25MM - SOLDÁVEL ÁGUA	462558	UNIDADE	2	R\$ 1,40	10 DIAS
31	LUVA CONEXÃO PVC SOLDÁVEL 50MM E ROSQUEÁVEL 1.1/4" ÁGUA	340976	UNIDADE	1	R\$ 9,99	10 DIAS
32	BUCHA REDUÇÃO PVC SOLDÁVEL 25X20 ÁGUA	242808	UNIDADE	6	R\$ 2,40	10 DIAS
33	BUCHA REDUÇÃO PVC SOLDÁVEL 32x25 ÁGUA	452648	UNIDADE	4	R\$ 1,60	10 DIAS
34	BUCHA REDUÇÃO PVC SOLDÁVEL 40x32 ÁGUA	398688	UNIDADE	6	R\$ 11,40	10 DIAS
35	BUCHA REDUÇÃO PVC SOLDÁVEL 50x40 ÁGUA	399173	UNIDADE	3	R\$ 8,40	10 DIAS
36	JOELHO AZUL 90° PVC SOLDÁVEL COM BUCHA LATÃO 1/2"X20MM ÁGUA	374190	UNIDADE	4	R\$ 19,60	10 DIAS
37	JOELHO AZUL 90° PVC SOLDÁVEL COM BUCHA LATÃO 1/2"X25MM ÁGUA	404510	UNIDADE	4	R\$ 22,80	10 DIAS
38	ENGATE FLEXIVEL 1/2", COMP 60CM	247042	UNIDADE	10	R\$ 69,00	10 DIAS
39	JOELHO PVC 40MM ESGOTO	351460	UNIDADE	4	R\$ 4,80	10 DIAS
40	JOELHO PVC 50MM ESGOTO	351461	UNIDADE	4	R\$ 10,40	10 DIAS
41	LUVA DE CORRER PVC 40MM ESGOTO	389648	UNIDADE	4	R\$ 23,60	10 DIAS
42	LUVA UNIÃO PVC 40MM - ESGOTO	293931	UNIDADE	4	R\$ 6,00	10 DIAS
43	TAMPÃO PVC 50MM - ESGOTO	441795	UNIDADE	2	R\$ 11,00	10 DIAS
44	TUBO PLÁSTICO PVC 40MM, COMP 3M - ESGOTO	366642	UNIDADE	2	R\$ 55,80	10 DIAS
45	TUBO PLÁSTICO PVC 50MM, COMP 6M - ESGOTO	233971	UNIDADE	2	R\$ 95,80	10 DIAS
46	BUCHA REDUÇÃO 50X40 - ESGOTO	271413	UNIDADE	4	R\$ 4,40	10 DIAS
47	BUCHA REDUÇÃO 75X50 - ESGOTO	271409	UNIDADE	4	R\$ 29,96	10 DIAS
48	BUCHA REDUÇÃO 100X75 - ESGOTO	271410	UNIDADE	4	R\$ 42,00	10 DIAS



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



Receita Federal

Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil - 6ª Região Fiscal
Delegacia da Receita Federal do Brasil em Governador Valadares
Seção de Gestão Corporativa

49	TOMADA 20A EXTERNA SIMPLES COMPLETA	460970	UNIDADE	15	R\$ 82,35	10 DIAS
50	TOMADA 20A INTERNA SIMPLES COMPLETA	460997	UNIDADE	10	R\$ 63,30	10 DIAS
51	TOMADA 20A INTERNA DUPLA COMPLETA	460999	UNIDADE	5	R\$ 58,80	10 DIAS
52	LÂMPADA LED 18W BIVOLT, E-27, TIPO BULBO ROSQUEAVEL	473237	UNIDADE	10	R\$ 178,30	10 DIAS
53	LÂMPADA LED 10W BIVOLT, E-27, TIPO BULBO ROSQUEAVEL	473243	UNIDADE	15	R\$ 109,20	10 DIAS
54	REFLETOR LED BIVOLT 50W	470263	UNIDADE	5	R\$ 322,30	10 DIAS
55	TOMADA RJ11 COM PLUGUE TELEBRÁS 4P	369310	UNIDADE	4	R\$ 33,32	10 DIAS
56	PLAFONIER PVC BASE E-27	446451	UNIDADE	3	R\$ 12,00	10 DIAS
57	INTERRUPTOR 127V SIMPLES	337879	UNIDADE	4	R\$ 19,40	10 DIAS
58	INTERRUPTOR 220V SIMPLES 10A	452736	UNIDADE	10	R\$ 75,00	10 DIAS
59	RELE FOTO ELETRICO BIVOLT 1000VA	428944	UNIDADE	3	R\$ 111,42	10 DIAS
60	ELETRODUTO PVC 25MM SOLDÁVEL	253550	ROLO 30MT	1	R\$ 59,70	10 DIAS
61	CAIXA DE PASSAGEM CONDULETE 3/4" ALUMINIO SOBREPOR	460015	UNIDADE	16	R\$ 126,56	10 DIAS
62	TAMPA CONDULETE 3/4 ALUMINIO	370774	UNIDADE	4	R\$ 11,60	10 DIAS
63	TAMPA CONDULETE 3/4 ALUMINIO RJ45	368175	UNIDADE	4	R\$ 28,68	10 DIAS
64	CURVA ELETRODUTO 90° PVC 3/4 SOBREPOR	469284	UNIDADE	6	R\$ 6,36	10 DIAS
65	CURVA ELETRODUTO 45° PVC 3/4 ROSQUEAVEL	312649	UNIDADE	16	R\$ 13,76	10 DIAS
66	TERMINAL ELETRICO PINO 1,5 MM PVC	473327	UNIDADE	20	R\$ 2,60	10 DIAS
67	TERMINAL ELETRICO PINO 2,5 MM PVC	473326	UNIDADE	20	R\$ 4,20	10 DIAS
68	TERMINAL ELETRICO PINO 4 MM PVC	368221	UNIDADE	20	R\$ 5,20	10 DIAS
69	CONECTOR DE EMENDA 2VIAS - 0,14 A 4MM	474275	UNIDADE	30	R\$ 71,10	10 DIAS
70	CONECTOR DE EMENDA 3VIAS - 0,14 A 4MM	474276	UNIDADE	30	R\$ 101,40	10 DIAS
71	CABO ELETRICO FLEXIVEL 1,5MM VERMELHO	472308	ROLO 100MT	1	R\$ 129,90	10 DIAS
72	CABO ELETRICO FLEXIVEL 1,5MM PRETO	472307	ROLO 100MT	1	R\$ 129,90	10 DIAS
73	CABO ELETRICO FLEXIVEL 1,5MM VERDE	419872	ROLO 100MT	1	R\$ 129,90	10 DIAS
74	CABO ELETRICO FLEXIVEL 2,5MM VERMELHO	472310	ROLO 100MT	1	R\$ 199,90	10 DIAS
75	CABO ELETRICO FLEXIVEL 2,5MM PRETO	472309	ROLO 100MT	1	R\$ 199,90	10 DIAS
76	CABO ELETRICO FLEXIVEL 2,5MM VERDE	459983	ROLO 100MT	1	R\$ 199,90	10 DIAS
77	FITA ISOLANTE ALTE FUSÃO 19MM - COMP 10MT	321180	ROLO 10MT	2	R\$ 53,18	10 DIAS
78	FITA SILVER TAPE 50MM	449829	UNIDADE	3	R\$ 32,70	10 DIAS
79	FITA DUPLA FACE 12MM - 2MT	463248	UNIDADE	10	R\$ 99,00	10 DIAS
80	REFIL FILTRO BEBEDOURO LATINA PA355	445569	UNIDADE	5	R\$ 325,00	10 DIAS
81	CANALETA PISO DE ELETRICIDADE PVC 50X40X4000MM	390287	UNIDADE	10	R\$ 358,70	10 DIAS
82	CONECTOR TELEFONICO MACHO RJ11	325792	UNIDADE	6	R\$ 3,60	10 DIAS
83	CONECTOR FEMEA RJ45 CAT-5E	445904	UNIDADE	10	R\$ 97,60	10 DIAS
84	CONECTOR MACHO RJ45 CAT-5E	463219	UNIDADE	50	R\$ 29,00	10 DIAS



**MINISTÉRIO DA
ECONOMIA**



Receita Federal

Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil - 6ª Região Fiscal
Delegacia da Receita Federal do Brasil em Governador Valadares
Seção de Gestão Corporativa

85	CABO REDE AZUL 4PAR CAT-5E	467548	CX 305MT	2	R\$ 1.738,50	10 DIAS
86	CAPACITOR DE VENTILADOR 2P - DUPLO	418143	UNIDADE	2	R\$ 20,68	10 DIAS
87	FITA ISOLANTE 10MM	464018	UNIDADE	10	R\$ 55,00	10 DIAS
88	INTERRUPTOR SIMPLES 10A EMBUTIR BIPOLAR CONJUGADA COM PLACA	452736	UNIDADE	10	R\$ 209,90	10 DIAS
VALOR TOTAL ESTIMADO					R\$ 8.119,17	

1.3.1. Havendo mais de item ou lote faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse. Entretanto, optando-se por participar de um lote, deve o fornecedor enviar proposta para todos os itens que o compõem.

1.4. O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.5. A entrega dos materiais deverá ser efetuada no seguinte endereço: Av. Brasil nº 2866, Bairro: Centro, Governador Valadares/MG CEP: 35.020-070, em dias e horários de expediente normais, sendo: 2ª a 6ª feira, de 08:00 às 11:30 e 13:00 às 17:00, e direcionadas à Seção de Gestão Corporativa – SACOR.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.

2.1 A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Comprasnet 4.0, disponível no endereço eletrônico <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp>.

2.1.1. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, para acesso ao sistema e operacionalização.

2.1.2. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

2.2.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

- a) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- b) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge,



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



Receita Federal

Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil - 6ª Região Fiscal
Delegacia da Receita Federal do Brasil em Governador Valadares
Seção de Gestão Corporativa

companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

- c) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- d) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista

2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.2.3.2. aplica-se o disposto na alínea “a” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.2.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

2.2.5. sociedades cooperativas.

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.2.1. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



Receita Federal

Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil - 6ª Região Fiscal
Delegacia da Receita Federal do Brasil em Governador Valadares
Seção de Gestão Corporativa

- 3.7. Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores **NÃO** poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;
- 3.8. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:
- 3.8.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
 - 3.8.2. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
 - 3.8.3. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
 - 3.8.4. que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;
 - 3.8.5. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.
 - 3.8.6. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 3.9. Fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço ou maior desconto, conforme o caso).
- 3.9.1. Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.
 - 3.9.1.1. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta;
 - 3.9.2. O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.
 - 3.9.3. O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.

4. FASE DE LANCES

- 4.1. A partir das 8:00h da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.
- 4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
 - 4.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



Receita Federal

Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil - 6ª Região Fiscal
Delegacia da Receita Federal do Brasil em Governador Valadares
Seção de Gestão Corporativa

- 4.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como "lances intermediários" para os fins deste Aviso de Contratação Direta.
- 4.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta *é de R\$ 01,00 (um real)*.
- 4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.
- 4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.
- 4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.
- 4.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

- 5.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.
- 5.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.
 - 5.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.
 - 5.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.
 - 5.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.
- 5.3. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.
- 5.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 30 (trinta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:
 - 5.5.1. contiver vícios insanáveis;
 - 5.5.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
 - 5.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 5.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 5.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



Receita Federal

Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil - 6ª Região Fiscal
Delegacia da Receita Federal do Brasil em Governador Valadares
Seção de Gestão Corporativa

- 5.6. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
- 5.6.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 5.6.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
- 5.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 5.8. Erros no preenchimento da planilha, não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
- 5.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 5.8.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 5.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 5.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 5.11. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.
- 5.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

6. HABILITAÇÃO

- 6.1. A empresa detentora da proposta classificada em primeiro lugar, nos termos do art. 20 da Instrução Normativa nº 67 de 11 de outubro de 2010, deverá comprovar a regularidade fiscal, federal, social e trabalhista, mediante apresentação dos seguintes documentos:
- 6.1.1 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
- 6.1.2 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 6.1.3 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



Receita Federal

Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil - 6ª Região Fiscal
Delegacia da Receita Federal do Brasil em Governador Valadares
Seção de Gestão Corporativa

negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

- 6.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
- d) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

- 6.2.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "b", "c" e "d" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

- 6.2.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

- 6.2.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

- 6.2.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

- 6.2.2.1.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação

- 6.2.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

- 6.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

- 6.3.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

- 6.3.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

- 6.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

- 6.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



Receita Federal

Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil - 6ª Região Fiscal
Delegacia da Receita Federal do Brasil em Governador Valadares
Seção de Gestão Corporativa

- 6.6. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.
- 6.7. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.
- 6.8. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.
 - 6.8.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação
- 6.9. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

7. CONTRATAÇÃO

- 7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.
- 7.2. O adjudicatário terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.
 - 7.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 03 (três) dias, a contar da data de seu recebimento.
 - 7.2.2. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 7.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:
 - 7.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;
 - 7.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
 - 7.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.
- 7.4. O prazo de vigência da contratação é de 60 dias prorrogável conforme previsão nos anexos a este Aviso de Contratação Direta.



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



Receita Federal

Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil - 6ª Região Fiscal
Delegacia da Receita Federal do Brasil em Governador Valadares
Seção de Gestão Corporativa

7.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8. SANÇÕES

8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

- 8.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 8.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 8.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;
- 8.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 8.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 8.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 8.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 8.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- 8.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 8.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - 8.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 8.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- 8.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



Receita Federal

Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil - 6ª Região Fiscal
Delegacia da Receita Federal do Brasil em Governador Valadares
Seção de Gestão Corporativa

- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;
- 8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 8.3.1.a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 8.3.2.as peculiaridades do caso concreto;
 - 8.3.3.as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 8.3.4.os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - 8.3.5.a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 8.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 8.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- 8.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 8.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
- 8.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 8.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 8.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 8.11. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



Receita Federal

Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil - 6ª Região Fiscal
Delegacia da Receita Federal do Brasil em Governador Valadares
Seção de Gestão Corporativa

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. O procedimento será divulgado no Comprasnet 4.0 e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

9.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.2.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

9.2.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

9.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

9.2.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

9.3. As providências dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

9.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

9.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

9.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

9.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.9. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



Receita Federal

Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil - 6ª Região Fiscal
Delegacia da Receita Federal do Brasil em Governador Valadares
Seção de Gestão Corporativa

9.11. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

9.12. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

9.13. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

9.13.1. ANEXO I – Termo de Referência

Governador Valadares de de 2021

Assinado e Datado Digitalmente
Mariana Galvane Lemos
Licitações e Contratos DRF/GVS/MG

**MINISTÉRIO DA
ECONOMIA****Receita Federal**

Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil - 6ª Região Fiscal
Delegacia da Receita Federal do Brasil em Governador Valadares
Seção de Gestão Corporativa

ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA**AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE MANUTENÇÃO PREDIAL****1 INTRODUÇÃO E BASE LEGAL**

Em obediência ao comando disposto no art. 20, Item III da IN SLTI/MPOG nº 05/2017, foi elaborado este Termo de Referência a fim de permitir que a Delegacia da Receita Federal do Brasil em Governador Valadares avalie o custo com a contratação do objeto proposto.

2 DECLARAÇÃO DO OBJETO (INCISO I, ART.30, IN SLTI/MPGO 05/2017)

Aquisição de materiais de manutenção predial para intervenções preventivas e corretivas de realização contínua, a fim de atender as demandas da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Governador Valadares e Agências Jurisdicionadas em Almenara, Caratinga, Coronel Fabriciano, Manhuaçu e Teófilo Otoni.

3 FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (INCISO II, ART.30, IN SLTI/MPGO 05/2017)

3.1 Os serviços de manutenção predial são essenciais para a conservação do patrimônio, visando garantir condições adequadas e indispensáveis para o funcionamento contínuo, seguro e confiável dos ambientes de trabalho.

3.2 Considerando que atualmente a Delegacia da Receita Federal do Brasil em Governador Valadares possui contrato de manutenção predial vigente, com dedicação exclusiva de mão de obra, porém sem emprego de materiais, a aquisição em tela se faz necessária para o atendimento das intervenções de manutenções preventivas e corretivas já existentes na DRF/GVS e Agências Jurisdicionadas e para compor estoque mínimo de consumo para atendimento das demandas futuras.

4 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (INCISO III, ART.30, IN SLTI/MPGO 05/2017)

Caberá à empresa contratada realizar a entrega dos itens adquiridos na Delegacia da Receita Federal do Brasil em Governador Valadares, mediante dispensa eletrônica, conforme quantitativos e especificações apresentadas.

5 ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS/REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (INCISO IV, ART.30, IN SLTI/MPGO 05/2017)

5.1 Aquisição de materiais para uso nas demandas de manutenção predial, preventivas e corretivas, da DRF/GVS e Agências Jurisdicionadas. Os materiais e quantitativos foram levantados de acordo com estimativa informada pelo Oficial de Manutenção, de acordo com as demandas de manutenções preventivas e



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



Receita Federal

Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil - 6ª Região Fiscal
Delegacia da Receita Federal do Brasil em Governador Valadares
Seção de Gestão Corporativa

corretivas existentes, bem como para compor estoque mínimo de consumo conforme planilha abaixo:

MATERIAL	QUANT.	UNIDADE
PARAFUSO PHILIPS 6	200	UNIDADE
PARAFUSO PHILIPS 10	200	UNIDADE
PARAFUSO PHILIPS 4MM, COMP 16MM	40	UNIDADE
BUCHA PARAFUSO 6	200	UNIDADE
BUCHA PARAFUSO 10	200	UNIDADE
SIFÃO PVC 40MM	6	UNIDADE
REPARO DESCARGA 1.1/4 DOCOL	4	UNIDADE
REPARO DESCARGA 1.1/2 HIDRA	2	UNIDADE
ESPUMA EXPANSIVA	2	FRASCO 430ML
ROLO ANTIGOTA	1	UNIDADE
PINCEL/TRINCHA 1"	1	UNIDADE
PINCEL/TRINCHA 2"	1	UNIDADE
REGISTRO PRESSÃO PVC 20MM	2	UNIDADE
REGISTRO PRESSÃO PVC 25MM	2	UNIDADE
REGISTRO PRESSÃO PVC 40MM	2	UNIDADE
REGISTRO GAVETA COM ACABAMENTO 40MM - 1.1/4	1	UNIDADE
REGISTRO GAVETA COM ACABAMENTO 50MM - 1.1/2	1	UNIDADE
TORNEIRA PARA JARDIM 1/2"	2	UNIDADE
REFLETOR LED BIVOLT 100W	1	UNIDADE
LAMPADA LED 9W, E-27, BIVOLT	6	UNIDADE
LAMPADA LED 50W, E-40, BIVOLT PARA POSTE	10	UNIDADE
TINTA ACRÍLICA COM ÁGUA BRANCO GELO	1	GALÃO 18LT
JOELHO PVC 40MM - SOLDÁVEL	4	UNIDADE
LUVA DE CORRER PVC 20MM - SOLDÁVEL ÁGUA	3	UNIDADE
LUVA DE CORRER PVC 25MM - SOLDÁVEL ÁGUA	2	UNIDADE
LUVA DE CORRER PVC 40MM - SOLDÁVEL ÁGUA	3	UNIDADE
CONEXÃO TÊ PVC 40MM - SOLDÁVEL ÁGUA	4	UNIDADE
LUVA UNIÃO PVC 20MM - SOLDÁVEL ÁGUA	2	UNIDADE
LUVA UNIÃO PVC 25MM - SOLDÁVEL ÁGUA	2	UNIDADE
LUVA CONEXÃO PVC SOLDÁVEL 50MM E ROSQUEÁVEL 1.1/4" ÁGUA	1	UNIDADE
BUCHA REDUÇÃO PVC SOLDÁVEL 25X20 ÁGUA	6	UNIDADE
BUCHA REDUÇÃO PVC SOLDÁVEL 32x25 ÁGUA	4	UNIDADE
BUCHA REDUÇÃO PVC SOLDÁVEL 40x32 ÁGUA	6	UNIDADE
BUCHA REDUÇÃO PVC SOLDÁVEL 50x40 ÁGUA	3	UNIDADE
JOELHO AZUL 90° PVC SOLDÁVEL COM BUCHA LATÃO 1/2"X20MM ÁGUA	4	UNIDADE
JOELHO AZUL 90° PVC SOLDÁVEL COM BUCHA LATÃO 1/2"X25MM ÁGUA	4	UNIDADE
ENGATE FLEXIVEL 1/2", COMP 60CM	10	UNIDADE
JOELHO PVC 40MM ESGOTO	4	UNIDADE



**MINISTÉRIO DA
ECONOMIA**



Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil - 6ª Região Fiscal
Delegacia da Receita Federal do Brasil em Governador Valadares
Seção de Gestão Corporativa

JOELHO PVC 50MM ESGOTO	4	UNIDADE
LUVA DE CORRER PVC 40MM ESGOTO	4	UNIDADE
LUVA UNIÃO PVC 40MM - ESGOTO	4	UNIDADE
TAMPÃO PVC 50MM - ESGOTO	2	UNIDADE
TUBO PLÁSTICO PVC 40MM, COMP 3M - ESGOTO	2	UNIDADE
TUBO PLÁSTICO PVC 50MM, COMP 6M - ESGOTO	2	UNIDADE
BUCHA REDUÇÃO 50X40 - ESGOTO	4	UNIDADE
BUCHA REDUÇÃO 75X50 - ESGOTO	4	UNIDADE
BUCHA REDUÇÃO 100X75 - ESGOTO	4	UNIDADE
TOMADA 20A EXTERNA SIMPLES COMPLETA	15	UNIDADE
TOMADA 20A INTERNA SIMPLES COMPLETA	10	UNIDADE
TOMADA 20A INTERNA DUPLA COMPLETA	5	UNIDADE
LÂMPADA LED 18W BIVOLT, E-27, TIPO BULBO ROSQUEAVEL	10	UNIDADE
LÂMPADA LED 10W BIVOLT, E-27, TIPO BULBO ROSQUEAVEL	15	UNIDADE
REFLETOR LED BIVOLT 50W	5	UNIDADE
TOMADA RJ11 COM PLUGUE TELEBRÁS 4P	4	UNIDADE
PLAFONIER PVC BASE E-27	3	UNIDADE
INTERRUPTOR 127V SIMPLES	4	UNIDADE
INTERRUPTOR 220V SIMPLES 10A	10	UNIDADE
RELE FOTO ELETRICO BIVOLT 1000VA	3	UNIDADE
ELETRODUTO PVC 25MM SOLDÁVEL	1	ROLO 30MT
CAIXA DE PASSAGEM CONDULETE 3/4" ALUMINIO SOBREPOR	16	UNIDADE
TAMPA CONDULETE 3/4 ALUMINIO	4	UNIDADE
TAMPA CONDULETE 3/4 ALUMINIO RJ45	4	UNIDADE
CURVA ELETRODUTO 90° PVC 3/4 SOBREPOR	6	UNIDADE
CURVA ELETRODUTO 45° PVC 3/4 ROSQUEAVEL	16	UNIDADE
TERMINAL ELETRICO PINO 1,5 MM PVC	20	UNIDADE
TERMINAL ELETRICO PINO 2,5 MM PVC	20	UNIDADE
TERMINAL ELETRICO PINO 4 MM PVC	20	UNIDADE
CONECTOR DE EMENDA 2VIAS - 0,14 A 4MM	30	UNIDADE
CONECTOR DE EMENDA 3VIAS - 0,14 A 4MM	30	UNIDADE
CABO ELETRICO FLEXIVEL 1,5MM VERMELHO	1	ROLO 100MT
CABO ELETRICO FLEXIVEL 1,5MM PRETO	1	ROLO 100MT
CABO ELETRICO FLEXIVEL 1,5MM VERDE	1	ROLO 100MT
CABO ELETRICO FLEXIVEL 2,5MM VERMELHO	1	ROLO 100MT
CABO ELETRICO FLEXIVEL 2,5MM PRETO	1	ROLO 100MT
CABO ELETRICO FLEXIVEL 2,5MM VERDE	1	ROLO 100MT
FITA ISOLANTE ALTE FUSÃO 19MM - COMP 10MT	2	ROLO 10MT
FITA SILVER TAPE 50MM	3	UNIDADE
FITA DUPLA FACE 12MM - 2MT	10	UNIDADE
REFIL FILTRO BEBEDOURO LATINA PA355	5	UNIDADE

MINISTÉRIO DA
ECONOMIA

Receita Federal

Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil - 6ª Região Fiscal
Delegacia da Receita Federal do Brasil em Governador Valadares
Seção de Gestão Corporativa

CANAleta PISO DE ELETRICIDADE PVC 50X40X4000MM	10	UNIDADE
CONECTOR TELEFONICO MACHO RJ11	6	UNIDADE
CONECTOR FEMEA RJ45 CAT-5E	10	UNIDADE
CONECTOR MACHO RJ45 CAT-5E	50	UNIDADE
CABO REDE AZUL 4PAR CAT-5E	2	CX 305MT
CAPACITOR DE VENTILADOR 2P - DUPLO	2	UNIDADE
FITA ISOLANTE 10MM	10	UNIDADE
INTERRUPTOR SIMPLES 10A EMBUTIR BIPOLAR CONJUGADA COM PLACA	10	UNIDADE

6 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (INCISO V, ART.30, IN SLTI/MPGO 05/2017)

6.1 Será dispensada a celebração de instrumento específico de contrato, na forma do disposto no art. 62 da Lei nº 8.666/1993, sendo o mesmo substituído pelos seguintes instrumentos em conjunto:

- a) Termo de Referência;
- b) Proposta da Empresa;
- c) Nota de Empenho.

6.2 A contratação terá como termo inicial de vigência a data do recebimento da Nota de Empenho e vigorará até o recebimento definitivo do objeto da contratação.

7 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (INCISO VII, ART.30, IN SLTI/MPGO 05/2017)

7.1 Uma vez realizado o ateste que comprova a conformidade do objeto da presente contratação, o pagamento se dará no prazo máximo de 5 dias úteis, contados da entrega do documento fiscal.

7.2 Em nenhuma hipótese a Contratante efetuará pagamento em conta da pessoa física, ainda que a mesma seja titular da pessoa jurídica contratada.

7.3 Por ocasião do pagamento, as empresas não optantes pelo Simples Nacional, estarão sujeitas à retenção sobre o valor da nota fiscal, nos termos da IN RFB nº 1.234/2012.

8 FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (INCISO VIII, ART.30, IN SLTI/MPGO 05/2017)

As aquisições em tela serão contratadas por DISPENSA DE LICITAÇÃO, na forma eletrônica, com fulcro no inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

9 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR (INCISO IX, ART.30, IN SLTI/MPGO 05/2017)

9.1 Será selecionada a empresa que apresentar o menor preço para os materiais da presente contratação.

**MINISTÉRIO DA
ECONOMIA****Receita Federal**

Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil - 6ª Região Fiscal
Delegacia da Receita Federal do Brasil em Governador Valadares
Seção de Gestão Corporativa

9.2 A empresa classificada com o menor preço, nos termos do art. 20 da Instrução Normativa nº 67, de 11 de outubro de 2010, deverá comprovar a regularidade fiscal federal, social e trabalhista.

9.3 Acessoriamente se fará ainda Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica junto ao Tribunal de Contas da União visando atestar a inexistência de registros impeditivos de contratação.

10 ESTIMATIVA DETALHADA DO PREÇO E PESQUISA DE MERCADO (INCISO X, ART.30, IN SLTI/MPGO 05/2017)

Nos termos do inciso IV do art. 5º da IN SEGES/ME nº 65 de 07/08/2021, a pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado, será realizada mediante pesquisa direta junto às empresas especializadas no fornecimento dos materiais, mediante solicitação formal de cotação.

11 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (INCISO XI, ART.30, IN SLTI/MPGO 05/2017)

11.1 Em cumprimento ao estabelecido no artigo 16 da Lei Complementar nº 101 – Lei de Responsabilidade Fiscal – de 04/05/2000, publicada no DOU de 05/05/2000, informo que a presente contratação tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

11.2 Os créditos orçamentários necessários para atender a presente despesa estão previstos na programação orçamentário do exercício de 2021, vinculados às Naturezas de Despesa 33.90.30.16 – Material de Expediente, 33.90.30.17 – Material de TIC, 33.90.30.24 – Material para Manutenção de Bens Imóveis/Instalações, 33.90.30.25 – Material para Manutenção de Bens Móveis, 33.90.30.26 – Material Elétrico e Eletrônico.

12 CONCLUSÃO

O presente Projeto Básico foi elaborado pela Seção de Gestão Corporativa da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Governador Valadares, estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis, com o interesse e a conveniência da Administração, e será encaminhado para o Gabinete da DRF/GVS/MG para fins de aprovação, integrando o processo administrativo com vistas à contratação do referido objeto.

Assinado e Datado Digitalmente
Mariana Galvane Lemos
Licitações e Contratos



Ministério da Fazenda

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.

Documento produzido eletronicamente com garantia da origem e de seu(s) signatário(s), considerado original para todos efeitos legais. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

Histórico de ações sobre o documento:

Documento juntado por MARIANA GALVANE LEMOS em 26/11/2021 16:16:00.

Documento autenticado digitalmente por MARIANA GALVANE LEMOS em 26/11/2021.

Documento assinado digitalmente por: MARIANA GALVANE LEMOS em 26/11/2021.

Esta cópia / impressão foi realizada por MARIANA GALVANE LEMOS em 26/11/2021.

Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:

1) Acesse o endereço:

<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>

2) Entre no menu "Legislação e Processo".

3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".

4) Digite o código abaixo:

EP26.1121.16184.OLVK

5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:

DC6C8D0819A4064DDCB93B07C6BE5CB7E8CDD24C604B153BD229E3E233163444